



Ciência Política: Debates temáticos 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

**Atena**
Editora
Ano 2022



Ciência Política: Debates temáticos 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

**Atena**
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Ciência política: debates temáticos 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: debates temáticos 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0089-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.899221705>

1. Ciência política. I. Senhoras, Elói Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A Ciência Política trata-se de um campo epistemológico que nasce com o movimento do Renascimento na Europa e desde então evoluiu por trajetórias históricas diferenciadas no mundo, tanto, de natureza disciplinar, quanto multidisciplinar, com a difusão de distintos paradigmas ideológicos, bem como uma pluralidade de marcos teóricos e de procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados.

Partindo desta contextualização evolutiva, este livro de coletânea é apresentado para refletir, discutir ou mesmo questionar sobre a realidade complexa e multifacetada do mundo contemporâneo, a partir de um conjunto de estudos fundamentados no rigor teórico-metodológico, embora com uma linguagem simples e didática, acessível a um amplo público de potenciais leitores.

A complexidade existente no mundo material e do mundo das ideias é captada neste livro a partir de dezesseis capítulos que compartilham a preocupação de apresentar os respectivos debates e análises temáticas dentro de um explícito rigor científico, sem perder a contextualização de um implícito ecletismo teórico-metodológico, característico do campo de Ciência Política.

Os dezesseis capítulos apresentados neste livro, “Ciência Política: Debates Temáticos 2”, são fruto de um plural trabalho desenvolvido coletivamente por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros e estrangeiros comprometidos para a apreensão da realidade empírica contemporânea e que acabam por repercutir cientificamente no enriquecimento do campo científico da Ciência Política.

Neste sentido, o contexto de crescente fluidez e complexidade da realidade faz emergir novos desafios, problemas à humanidade, razão pela qual são demandadas novas agendas temáticas, lógicas e discursivas para se refletir como o campo científico da Ciência Política, sendo elas exploradas na presente obra para explicar e responder positivamente aos múltiplos assuntos e campos de poder inerentes nos tempos atuais.

A construção epistemológica apresentada neste trabalho coletivo busca romper consensos, findando demonstrar a riqueza existente no anarquismo teórico e metodológico do campo da Ciência Política em resposta à complexa realidade empírica, razão pela qual convidamos você leitor(a) a nos acompanhar à luz do ecletismo registrado nos estimulantes estudos empíricos deste livro.

Ótima leitura!


Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL NA POLÍTICA: UMA INTRODUÇÃO AOS CAMPOS DE ESTUDO E FUNÇÕES


Sergio Fernandes Senna Pires

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217051>

CAPÍTULO 2..... 15

A MENTIRA NO DEBATE POLÍTICO: OMITIR É MENTIR?

Sergio Fernandes Senna Pires


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217052>

CAPÍTULO 3..... 26

IDEOLOGIAS POLÍTICAS: UMA PESQUISA COMO METODOLOGIA DE ENSINO NO ENSINO MÉDIO

Claudyanne Rodrigues de Almeida


Karina Andrea Tarca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217053>

CAPÍTULO 4..... 30

IMPERIALISMO EM AMÉRICA LATINA: CONTRIBUIÇÕES DE MARIÁTEGUI E ZAVALETA

Aline Recalcatti de Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217054>

CAPÍTULO 5..... 38

ACERCAMIENTO A LA DEFINICIÓN DE CLASE POLÍTICA


Eduardo Gabriel Barrios Pérez

Guadalupe H. Mar Vázquez

Miguel Ángel Barragán V.

María Teresa de Jesús Arroyo G.


José Luis Cerdán Díaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217055>

CAPÍTULO 6..... 49

CLASSES E LUTA DE CLASSES: REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE AS CLASSES SOCIAIS NAS OBRAS DE NICOS POULANTZAS E ERIK OLIN WRIGHT

Felipe de Queiroz Braga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217056>


CAPÍTULO 7..... 64

AS POSTAGENS FALAM: UM ESTUDO SOBRE OS POSTS DE MAIOR ALCANCE DE MOVIMENTOS ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL

Davi Barboza Cavalcanti

Demétrius Rodrigues de Freitas Ferreira


Sheila Borges de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217057>

CAPÍTULO 8..... 80

ATIVISMO JUDICIAL E JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Clidenor Marcos Vaz Campelo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217058>

CAPÍTULO 9..... 93

A CARACTERIZAÇÃO DO MERO ABORRECIMENTO COMO UM CRITÉRIO PARA CONTER A INDÚSTRIA DOS DANOS MORAIS

Juliano Ralo Monteiro

Maria Auxiliadora Pinto de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217059>


CAPÍTULO 10..... 107

O PERFIL DA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO MUNICIPAL: AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DOS EXECUTIVOS E LEGISLATIVOS DA REGIÃO FUNCIONAL DE PLANEJAMENTO 7 (RF-7)

Tiago Rodrigo Lutzer Tizotte

Mateus Zounar Marques

Nelson José Thesing

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170510>

CAPÍTULO 11..... 122

POLÍTICA TRIBUTÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A GUERRA FISCAL COMO OBSTÁCULO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO

Kauly Furiama Santos

Maria Juraci Teresa Sampaio dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170511>


CAPÍTULO 12..... 135

PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS – RELEVÂNCIA PARA O BRASIL

Adelcio Machado dos Santos

Dreone Mendes

Rubens Luis Freiburger

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170512>


CAPÍTULO 13..... 144




A FORMAÇÃO DO OFICIAL AVIADOR NA FORÇA AÉREA: ANÁLISE SOBRE A CONFIGURAÇÃO CURRICULAR SOB A PERSPECTIVA DOS NORMATIVOS DE DEFESA

Maria Alessandra Lima Moulin

Paulo Pereira Santos

Cristina Massot Madeira Coelho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170513>

CAPÍTULO 14.....	160
POLÍTICA NACIONAL FRENTE A LA TRATA DE PERSONAS Y SUS FORMAS DE EXPLOTACIÓN EN LA PROVINCIA DE SAN ROMÁN - PERÚ	
Enrique Gualberto Parillo Sosa	
Virginia Guadalupe Pacompia Flores	
Carmen Eliza Zela Pacori	
Illich Xavier Talavera Salas	
José Oscar Huanca Frias	
Juan Manuel Tito Humpiri	
Lucio Ticona Carrizales	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170514	
CAPÍTULO 15.....	168
ANÁLISE DE UMA SOCIEDADE ONDE A ARISTOCRACIA E A MONARQUIA PREVALECIAM COMO FORÇA SOCIAL POLÍTICA E ECONÔMICA	
Luciene Guisoni	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170515	
CAPÍTULO 16.....	182
CONSTRANGIMENTOS E DESAFIOS DOS MODELOS DE REASSENTAMENTO EM MOÇAMBIQUE (2009-2018)	
Mário Mubango Cossane	
Paulo Domingos Muenda Muerembe	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170516	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	191
ÍNDICE REMISSIVO.....	192

CAPÍTULO 16

CONSTRANGIMENTOS E DESAFIOS DOS MODELOS DE REASSENTAMENTO EM MOÇAMBIQUE (2009-2018)

Data de aceite: 01/04/2022

Mário Mubango Cossane

Doutorando em estudos de Desenvolvimento
pela Universidade APOLITÉCNICA de
Moçambique
Maputo-Moçambique

Paulo Domingos Muenda Muembe

Doutorando em Ciência Política e Relações
Internacionais pela Universidade Católica de
Moçambique
Docente na Universidade Licungo
Faculdade de Economia e Gestão
Beira-Sofala-Moçambique
<http://lattes.cnpq.br/5224394716321720>

RESUMO: O artigo tem por objectivo, avaliar as implicações dos modelos de reassentamentos adoptados para compensar às populações afectadas pelos projectos de actividade extractiva em Moçambique, relativamente ao desenvolvimento sócio económico das comunidades abrangidas pela mineração, olhando para o papel dos investidores no processo e do Estado, do ponto de vista de legislação sobre matéria, no período entre de 2009-2018. A problemática do reassentamento na legislação moçambicana, apresenta uma ambiguidade criteriosa, o que gera conflitos sucessivos entre os investidores, Estado e a população. Os modelos de reassentamento adoptados não garantem uma sustentabilidade as famílias deslocadas e consequentemente o desenvolvimento sócio-económico das

comunidades afectadas pela mineração em Moçambique torna-se cada vez mais utópico e longe das necessidades dos afectados e dos ganhos que o país se deve beneficiar no geral. O artigo sugere medidas de como o país se deve lidar com a situação, tendo em conta propostas de modelos de reassentamento adequado para as populações afectadas pela actividade extractiva. **PALAVRAS-CHAVES:** Modelos de Reassentamento; desenvolvimento sócio económico; investimento; população; comunidades.

RESETTLEMENT MODELS IN MOZAMBIQUE (2009-2018)

ABSTRACT: The article aims to evaluate the implications of the resettlement models adopted to compensate the populations affected by extractive activity projects in Mozambique, in relation to the socio-economic development of communities covered by mining, looking at the role of investors in the process and of the State, from the point of view of legislation on the matter, in the period between 2009-2018. The issue of resettlement in Mozambican legislation presents a judicious ambiguity, which generates successive conflicts between investors, the State and the population. The resettlement models adopted do not guarantee the sustainability of displaced families and consequently the socio-economic development of communities affected by mining in Mozambique becomes increasingly utopian and far from the needs of those affected and the gains that the country should benefit in general. The article suggests measures for how the country should deal with the situation, taking into account proposals for adequate resettlement

models for populations affected by extractive activities.

KEYWORDS: Resettlement models; socio economic development; investment; population; communities.

1 | INTRODUÇÃO

Moçambique vem experimentando um fenómeno de actividade extractiva cujo marco inicial tem registo na província de Tete com a instalação de duas grandes empresas estrangeiras, a Vale Moçambique e a Rio Tinto, um processo que no geral movimenta grandes investimentos, calculados em milhões de dólares.

A concessão de licenças pelo governo moçambicano para a exploração mineira, nas províncias de Tete, Inhambane, Cabo Delgado e Gaza, devia representar um desenvolvimento consentâneo aos investimentos com resultados facilmente tangíveis.

O desiderato da concessão de extensas terras para viabilizar a prospecção de recursos minerais na província de Tete provocou a deslocação de pessoas nativas que habitavam as áreas concessionadas, onde realizavam actividades diversas para o seu sustento.

Esta situação teve como consequência, a expropriação da terra, falta de justas compensações, exclusão social, reassentamento inadequado, cortando os direitos fundamentais da população, o que configura uma injustiça social. Foram transferidas mais de 6.000 famílias em Moatize, Inhassoro, Chibuto e Palma, gerando conflitos entre as partes envolvidas, empresas, população e o Estado, por falta de critérios claros no reassentamento, (Human Right Watch, 2012).

A gestão do processo dos reassentamentos não foi objecto de debate aprofundado envolvendo as partes interessadas, com primazia para as comunidades afectadas, remetendo a população para uma situação de pobreza absoluta, chegando a faltar terra para a produção de alimentos.¹

De acordo com a (Human Right Watch, 2012), “a Vale Moçambique reassentou 1.365 agregados familiares para uma vila recém construída, Cateme, e para um bairro urbano, 25 de Setembro, na capital do distrito de Moatize.” Uma das grandes consequências da fraca consulta e discussão é a discórdia por parte das comunidades em aceitar o tipo de infraestruturas, quer habitacionais, sociais incluindo as terras áridas.

Os procedimentos inadequados aplicados nos processos de reassentamento não protegem os interesses das populações relativamente ao seu modo de vida, como seja a concessão de terras aráveis, proximidade aos rios/mar para prática da pesca, solos adequados para a olaria, entre outros.

A legislação sobre os reassentamentos em Moçambique não esclarece e não demarca suficientemente as formas do modelo dos assentamentos sobre os diferentes

¹ Nos locais de reassentamento, deve-se assegurar a continuidade do exercício de actividades de subsistência, consoante os casos, ou definir programas de geração de rendas.

procedimentos, o que denota uma fragilidade relativamente a génese da sua natureza de conflitualidade.

A fragilidade do (Decreto n° 31/2012, de 31 de Dezembro), instrumento regulador dos reassentamentos e compensações repercutiu-se também nos projectos de Temane, de Gás de Afungi e o de Areias Pesadas de Chibuto, unidade territorial do estudo.

Os processos de reassentamentos não observam procedimentos uniformes. Estruturalmente coincidem nos objectivos plasmados no (Decreto n° 31/2012, de 31 de Dezembro), mas divergem na falta de um modelo padrão de reassentamento e compensações, para responder criteriosamente aos problemas dos afectados.

O estudo assemelha-se importante para a comunidade académica e geral, por quanto procura avaliar as consequências causadas pela falta de um modelo padrão e adequado de reassentamentos e compensações e propor um modelo padrão para resolver o problema.

2 | METODOLOGIA

O estudo funda-se no paradigma fenomenológico ou qualitativo para avaliar as dinâmicas sociais no contexto dos modelos de reassentamento e compensações aplicados nas comunidades afectadas pela indústria extractiva em Moçambique no período de 2009 à 2018.

De acordo com Ruas (2017), a análise fenomenológica trata de colecta, análise e informação qualitativa obtida fundamentalmente através de técnicas de entrevistas, observações, grupos focados e diários. Assim no artigo em alusão tomou-se em conta a revisão bibliográfica e utilização de documentos inerentes aos reassentamento no mundo e em Moçambique. Também priorizou-se a busca de informação na *internet* para posterior análise e tratamento.

A unidade territorial de análise é o distrito de Chibuto-Gaza no projecto de areias pesadas de Mangume, comparado com os processos de reassentamento de Moatize nos projectos de carvão mineral, Inhassoro no projecto de gás natural de Temane e Palma no projecto de gás natural de Afungi.

3 | VISÃO TEÓRICO-CONCEPTUAL

Reassentamentos e compensações são uma abordagem de debate nacional e internacional, quer no espaço académico como fora dele pela sua importância no contexto dos direitos fundamentais do homem, particularmente no que tange a questões habitacionais e alimentares, pressupondo uma estabilidade social.

Ao nível global questões de reassentamento e compensações decorrem na maioria dos cenários pela acção involuntária de deslocamento de comunidades das suas zonas

de origem para dar lugar a projectos agrícolas, mineração, barragens, construção de infraestruturas urbanas de grande magnitude, entre outros.

Apesar de alguns esforços desenvolvidos pelos Estados a esfera global para uma melhor regulamentação, os processos de reassentamentos continuam a representar uma problemática devido a falta de clareza nas políticas que norteiam as suas ações nos procedimentos de deslocação das populações.

O termo reassentamento é largamente abordado por diferentes autores, organizações nacionais e internacionais e Estados como uma plataforma que visa conferir solução as causas de deslocamento populacional, motivado por diferentes situações, projectos de desenvolvimento, guerras, fenómenos naturais, etc.

Belshaw (1993) define reassentamento como sendo um projecto de transferência planificada e controlada da população de uma área para outra mas na visão do (Banco Mundial, 2004) reassentamento é visto como o global das perdas económicas e sociais como resultado da expropriação e privações, e não apenas a realocação física das populações.

Na perspectiva de Magalhães (2016) reassentamento é um processo de realocação física por meio de reposição de imóvel afectado por unidade habitacional ou comercial construída especificamente para esse fim ou adquirida no mercado, de acordo com as características da intervenção, com ou sem custos para as famílias reassentadas.

Todavia, à luz do (Decreto nº31/2012, de 31 de Dezembro), instrumento que institucionaliza e demarca os mecanismos de reassentamento em Moçambique, postula que reassentamento é um processo que visa impulsionar o desenvolvimento sócio-económico e garantir que a população afectada tenha uma melhor qualidade de vida, equidade social.

Diante daquele postulado, associado às ideias de Magalhães (2016) perspectiva-se as medidas de compensação como acções que visam assegurar que as famílias afectadas sejam compensadas de maneira justa, de forma a restaurar e se possível melhorar as condições sociais e económicas. Pois, os procedimentos e as medidas que integram o plano de reassentamento e medidas compensatórias devem assegurar as famílias afectadas em decorrência da necessidade de deslocamentos, soluções adequadas para o seu atendimento e pelas perdas ocasionadas pela intervenção, garantindo-se o respeito e aos direitos individuais e sociais..

Esta abordagem nos faz perceber que os conflitos relacionados com a expropriação de terras e as injustiças compensatórias, contribuem para a desestruturação social e económica das populações afectadas, sendo este elemento de desmantelamento das redes sociais e o capital social local, por via de obstrução das aspirações das comunidades.

Dos modelos a serem adoptados como solução dos problemas da população, Mintzberg (2013) assevera que estes apresentam um valor considerável da sua aplicabilidade em diferentes projectos, pois providenciam uma estrutura de comunicação e de mudanças locais eficazes. E a falta de uma definição clara do modelo a implementar num processo,

pode contribuir para o fracasso dos projectos de mineração em Moçambique.

4 | INDÚSTRIA EXTRACTIVA EM MOÇAMBIQUE – UMA PERSPECTIVA HOLÍSTICA DO REASSENTAMENTO EM CHIBUTO, MOATIZE, TEMANE E PALMA

O assentamento de famílias em algumas regiões moçambicanas como sejam os casos de Chibuto, unidade territorial do nosso estudo e os de Moatize, Temane e Palma, vem sendo estudados a nível nacional e internacional desde a eclosão do fenómeno do reassentamento de populações afectadas pela indústria extractiva em Moçambique, devido a presença massiva de investimentos estrangeiros na área de mineração.

Segundo a (Human Right Watch, 2012), os anos 2009 e 2010, respectivamente altura em que se verificaram as primeiras manifestações populares registadas na povoação de Cateme em Tete, no contexto das actividades de mineração do projecto da Vale Moçambique, marcaram e despoletaram problemas profundos na área da indústria extractiva em Moçambique destacando-se:

Constrangimentos verificados no acesso a água e alimentos por parte das pessoas reassentadas, sobretudo nos primeiros projectos na província de Tete, aliados as distâncias dos locais dos reassentamentos em relação aos mercados, escolas e outros, que reduziram a possibilidade das pessoas ganharem sustento através de outras fontes de rendimentos;

- privação de extensas áreas reservadas para a actividade de mineração, gerou problemas de terras, criou limitação ao acesso de terras férteis para a agricultura e o próprio assentamento das famílias afectadas, remetendo-as a situação de pobreza extrema se comparado ao período anterior ao reassentamento;
- Por outro lado, regista-se uma deficiente comunicação entre as partes envolvidas, empresas, governo e as comunidades, o que reduz a possibilidade de medidas viáveis para que as comunidades participem na tomada de decisões e encontrem respostas das suas preocupações em torno dos processos de reassentamentos.

Estas situações, contribuem para que os processos de reassentamento e compensações sejam pouco claros e têm sido característico em diferentes projectos em que o Estado Moçambicano não tem prestado a devida protecção às populações afectadas pelos projectos de mineração, valendo-se-lhe o papel de cumplicidade.

Nas províncias de Tete, Inhambane, Cabo Delgado e Gaza, nomeadamente nos projectos de carvão mineral, gás natural e areias pesadas, os processos de reassentamento foram sempre caracterizados pelos mesmos problemas, expropriação de terra, inacessibilidade a água, a terra fértil para agricultura, reassentamento inadequado, entre outros.

Outrossim, o processo de reassentamento e compensações no contexto da indústria extractiva em Moçambique não respeita integralmente questões de direitos humanos das

populações deslocadas das suas áreas de origem onde geralmente praticava as suas actividades tradicionais que garantiam a sua sobrevivência.

É preciso lembrar que a falta de uma política nacional de reassentamentos e consequentemente a ausência de um modelo padrão e adequado de assentamento humano nas áreas de mineração, constitui factor fundamental de desentendimentos entre as partes, cabendo ao Estado moçambicano um papel de cúmplice perante a situação, sendo que as práticas que se verificam nos processos de reassentamento e compensações nos projectos de mineração, refutam os objectivos plasmados no (Decreto n° 31/2012, de 31 de Dezembro), regra geral, o Estado continua a não apresentar medidas de protecção viáveis dos modelos de reassentamentos adequados, colocando as comunidades em situação de pobreza e apreensivas em relação ao futuro.

Face ao exposto há que questionar: ***Que modelos de reassentamento Moçambique deve adoptar, para garantir a protecção e o desenvolvimento sócio-económico das comunidades afectadas pela Indústria Extractiva?***

Na visão de Stanford (2007), o sucesso de uma organização depende de grupo de pessoas capazes de trabalhar juntas efectivamente para satisfazer os objectivos do projecto tendo em conta a resolução de problemas, gestão de conflitos, gestão de comunicação e fronteiras e partilha de informações.

Importa referir que no processo organizacional quando a cultura de gestão não funciona estruturalmente, ela concorre para um desfasamento dos propósitos traçados, gerando uma desmotivação aos colaboradores, ofuscando assim as dinâmicas internas e externas.

Relativamente ao factor modelo, o autor em alusão descreve que sem a definição de um modelo, é difícil para uma organização ou seus gestores pensarem na sua firma de forma holística as suas tendências, eles não podem ver o alinhamento necessário de todos os elementos.

Como salienta Cernea (2003), ao assumir o reassentamento como um terramoto que destrói os sistemas de produção e as redes sociais, arruína as individualidades e mergulha os afectados numa espiral descendente de pobreza.

E Saide (2011), ressalta a importância de assentamentos de famílias no âmbito dos projectos de promoção de desenvolvimento sendo necessário prever medidas compensatórias quando as consequências causem perda de bens, sejam abrigos, edifícios, meios de subsistência, culturas agrícolas e negócios.

Pois, a dispersão das populações geradas pelos projectos de desenvolvimento, degradando os sistemas de produção e a base social das comunidades para além de agudizar a pobreza das famílias, representa uma incerteza nas suas aspirações do futuro (Banco Mundial, 2001).

Como reza a História de Moçambique e segundo Silva (1992), durante o período colonial foram construídos assentamentos rurais nas áreas de plantações para acomodar

farmeiros imigrantes de Portugal, dado que os moçambicanos foram obrigados a viver em volta das plantações para servir de mão-de-obra barata.

Dentre várias funções do reassentamento, e de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR] (2002), o reassentamento caracteriza-se como esforço para reposicionar soluções duradouras de acordo com os objectivos dos Estados.

Para além disso o reassentamento ainda é aplicado de acordo com interesses não só humanitários ou de protecção, como também de projectos de desenvolvimento, (BESSA, 2009). Eis a razão que levou com que muitas famílias fossem reassentadas na província de Tete como consequência da sua deslocação das áreas concedidas à indústria extractiva que resultou na agudização dos conflitos de terra.

Olhando para estes pressupostos constata-se que o debate sobre os reassentamentos em Moçambique decorre fundamentalmente pela necessidade da adequação do (Decreto nº31/2012, de 31 de Dezembro, que na essência exclui um conjunto de procedimentos proteccionistas das comunidades afectadas pelos projectos de mineração e a concepção de um modelo único para o processo.

Por outro lado é ainda pertinente que Moçambique adopte uma política nacional de reassentamento e compensações como forma de acautelar e prover uma resolução consistente dos problemas de deslocamento das populações no contexto da indústria extractiva no país.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo em análise procura dar resposta à seguinte questão:

Que modelos de reassentamento Moçambique deve adoptar, para garantir a protecção e o desenvolvimento sócio-económico das comunidades afectadas pela Indústria Extractiva?

Dados os múltiplos campos abrangidos nesta questão, neste artigo iríamos centrar-nos sobre o reassentamento da população no âmbito dos projectos da indústria extractiva, desenvolvido pelas empresas estrangeiras como a Vale Moçambique e a Rio Tinto.

Para alicerçar as conclusões elegemos o Distrito de Chibuto, unidade territorial do nosso estudo e os de Moatize, Temane e Palma como campo de análise deste artigo, por parecer uma amostra significativa tendo em atenção as implicações advindas dos projectos de mineração pela indústria extractiva que ocorre naquele ponto do país.

Uma primeira conclusão, leva-nos a afirmar que uma política nacional de reassentamentos e compensações contribui para a concepção de modelos de reassentamentos e compensações integrado e sustentável que assegure o assentamento humano adequado, promovendo a estabilidade e desenvolvimento sócio-económico das comunidades afectadas pela indústria extractiva.

A promoção de diálogo permanente contribui para a participação das comunidades

nos processos de auscultação e tomada de decisões, assegurando um tratamento igual para o assentamento humano.

Para o caso vertente das áreas de exploração de gás, areias pesadas, citadas no parágrafo 2 do ponto 5.1 faz crer que a população local ressentir-se da falta de terra para exploração de agricultura, pesca, olaria, entre outras por ter dado lugar aos projectos de mineração, sem com isso se beneficiar de alguma compensação pela expropriação da terra, o que denota uma injustiça social se comparada a outros grupos privados dos seus direitos.

Pois, a falta de reassentamento humano condigno, constitui um mal maior às comunidades pelo facto de ser-lhe privada de habitação digna, campos de produção, e outras formas de rendimento.

Finalmente, para garantir a defesa dos direitos à população face ao uso indevido das terras de produção sem o cumprimento integral dos aspectos inerentes a responsabilidade social por parte das empresas de mineração, o governo de Moçambique deve repensar nas políticas que assegurem a protecção das populações afectadas pela mineração, adoptando uma política nacional e um modelo padrão de reassentamento causado pela atividade extractiva no país.

REFERÊNCIAS

Livros

Banco Mundial Manual de Operações, 2010.

BESSA, T. From Political Instrument to Protection Tool? Resettlement of Refugees and North-South Relations. *Refugee*, vol.26; 2009.

CERNEA, Michael. M. For a New Economics of Resettlement: A Sociological Critique of the Compensation Principle. An Exchange on the Compensation Principle in Resettlement, 2003.

MAGALHÃES, Gislaine. Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias. Brasil-SP, 2016.

MARCPNI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Metodologia de Investigação Científica. 7ª Edição Atlas, São Paulo, 2009.

MINTZBERG, Henry. *Simply Managing*. Great Britain, 2013.

RUAS, João. Manual de Metodologia de Investigação. Como fazer Propostas de Investigação, Monografias, Dissertações e Teses. Maputo, 2017.

SILVA, Vicente de Paulo da. Grandes Projectos e Transformação no Sentido do lugar. Caminhos de Geografia, Uberlândia, 2007.

STANFORD, Naomy. *Organization Design: CR. Eating High-Performing And Adaptable Enterprises*. Exmouth House Pine Street, London, 2007.

Documentos

DECRETO, (nº31/2012, de 31 de Dezembro), Regulamento de Reassentamentos e Compensações em Moçambique, 2012.

RELATORIO, ACNUR. A situação dos refugiados no mundo: cinquenta anos de acção humanitária, 2000.

RELATORIO, ACNUR. Return to Afeghanistan. Disponível em <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home/opendocPDFViewer.html?docid=3e3f96da4query=Return%20toto%20Afghanistan>> acessado em 26/10/21, 2002.

RELATÓRIO, HUMAN RIGHT WATCH. Regulamento sobre o Processo de Reassentamento, Resultante de Actividades Económicas em Moçambique, 2012.

SOBRE O ORGANIZADOR

ELÓI MARTINS SENHORAS - Professor associado e pesquisador do Departamento de Relações Internacionais (DRI), do Programa de Especialização em Segurança Pública e Cidadania (MJ/UFRR), do Programa de MBA em Gestão de Cooperativas (OCB-RR/UFRR), do Programa de Mestrado em Geografia (PPG-GEO), do Programa de Mestrado em Sociedade e Fronteiras (PPG-SOF), do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) e do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em Economia. Graduado em Política. Especialista pós-graduado em Administração - Gestão e Estratégia de Empresas. Especialista pós-graduado em Gestão Pública. Mestre em Relações Internacionais. Mestre em Geografia - Geoeconomia e Geopolítica. Doutor em Ciências. *Post-Doc* em Ciências Jurídicas. *Visiting scholar* na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na University of Texas at Austin, na Universidad de Buenos Aires, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México e na National Defense University. *Visiting researcher* na Escola de Administração Fazendária (ESAF), na Universidad de Belgrano (UB), na University of British Columbia e na University of California, Los Angeles. Professor do quadro de Elaboradores e Revisores do Banco Nacional de Itens (BNI) do Exame Nacional de Desempenho (ENADE) e avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Professor orientador do Programa Agentes Locais de Inovação (ALI) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RR) e pesquisador do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI). Organizador das coleções de livros Relações Internacionais e Comunicação & Políticas Públicas pela Editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), bem como colunista do Jornal Roraima em Foco. Membro do conselho editorial da Atena Editora.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 79, 107, 108, 109, 111, 120, 121
América Latina 30, 31, 33, 34, 36, 64, 78, 123
Antiimperialismo 32, 33, 34, 35, 36, 37
Aristocracia 55, 168, 174, 175, 176
Ativismo judicial 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

B

Brasil 11, 29, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 78, 81, 83, 84, 86, 91, 97, 105, 108, 120, 123, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 141, 142, 145, 146, 150, 151, 159, 169, 180, 189

C

Capitalismo 32, 33, 34, 35, 36, 50, 51, 55, 58, 61, 62, 79, 168, 176, 180
Ciberativismo 64, 68, 69, 77, 78
Cidadania 26, 28, 29, 73, 89, 107, 191
Ciência política 26, 28, 29, 52, 64, 80, 135, 138, 144, 182
Classe 10, 27, 29, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 71, 79, 89, 101, 102, 103, 169, 171, 172, 179, 180
Comunicação 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 15, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 64, 65, 78, 105, 107, 108, 114, 135, 185, 186, 187, 191
Corrupção 64, 68, 71, 73, 74, 76, 77, 81, 128
Currículo 144, 146, 147, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159

D

Danos morais 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105
Defesa 2, 17, 22, 32, 36, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 156, 157, 158, 159, 178, 189
Democracia 15, 22, 26, 28, 29, 36, 63, 70, 78, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 109
Desenvolvimento 27, 32, 33, 35, 64, 69, 78, 87, 91, 107, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 141, 144, 148, 150, 151, 152, 156, 157, 158, 182, 183, 185, 187, 188, 191
Direita 26, 27, 28, 35, 64, 65, 68, 73
Direito 80, 81, 82, 86, 88, 89, 91, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 122, 135, 136, 137, 143, 171

Direitos fundamentais 11, 80, 81, 84, 86, 87, 89, 183, 184

E

Economia 36, 52, 67, 84, 91, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 169, 171, 180, 182, 191

Educação 29, 68, 78, 97, 130, 132, 144, 157, 159, 191

Ensino 26, 27, 29, 64, 136, 138, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159

Esquerda 26, 27, 28, 65, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 77

Estado 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 39, 41, 45, 46, 47, 50, 52, 55, 58, 61, 62, 63, 70, 73, 81, 82, 83, 88, 89, 91, 102, 106, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 136, 141, 149, 151, 161, 166, 170, 179, 182, 183, 186, 187

Executivo 66, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 90, 114, 116, 117

F

Facebook 64, 65, 68, 70, 71, 72, 75, 77, 78

Força aérea 144, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 154, 157, 159

G

Gestão 81, 107, 108, 109, 111, 113, 115, 120, 122, 134, 151, 157, 182, 183, 187, 191

Governo 18, 27, 28, 35, 64, 66, 67, 68, 71, 72, 77, 79, 83, 107, 108, 109, 120, 123, 127, 128, 129, 170, 183, 186, 189

Guerra fiscal 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

I

Impeachment 64, 65, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 81

Imperialismo 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 55, 62

Indústria 58, 93, 130, 169, 176, 184, 186, 187, 188

Inglaterra 7, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 179

J

Judicialização 80, 81, 84, 85, 86, 87, 89, 91

L

Legislativo 81, 83, 85, 87, 89, 90, 115, 116, 117, 119

Lei de responsabilidade fiscal 107, 108, 109, 112, 120

M

Marxismo 31, 35, 49, 52, 53, 57, 58, 61

MBL 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

Mentira 3, 9, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 74

Moçambique 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190

Monarquia 168, 169, 170, 171, 175, 178, 179, 180

O

Omissão 1, 10, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 89, 101, 104

P

Pensamento 4, 30, 31, 32, 36, 52, 58, 98, 123, 124, 125, 126, 129, 132, 134, 141, 143, 172, 177, 180

Persuasão 5, 11, 15, 18, 20, 21, 22, 23

Pesquisa 2, 3, 4, 5, 9, 26, 27, 29, 50, 52, 58, 64, 65, 68, 69, 70, 72, 80, 82, 84, 86, 93, 95, 104, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 120, 122, 124, 125, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 156, 159, 191

Poder judiciário 81, 84, 86, 87, 88, 89, 91, 94

Política 1, 7, 9, 15, 17, 20, 24, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 70, 72, 73, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 98, 108, 122, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 149, 150, 151, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 166, 168, 169, 170, 179, 182, 187, 188, 189, 191

População 27, 28, 65, 66, 69, 70, 74, 75, 77, 90, 108, 109, 110, 112, 138, 141, 149, 182, 183, 185, 188, 189

R

Reassentamento 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190

Redes sociais 64, 69, 70, 71, 77, 78, 84, 85, 137, 185, 187

Relações internacionais 30, 52, 122, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 182, 191

S

Sociedade 5, 24, 28, 29, 34, 36, 50, 66, 67, 70, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 109, 110, 111, 125, 126, 133, 134, 137, 141, 150, 157, 168, 171, 175, 177, 179, 180, 191

Supremo tribunal federal 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 98, 106

T

Transparência 107, 108, 109, 113, 120, 121

Tributação 122, 124, 130, 131

V

VPR 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77



Ciência Política: Debates temáticos 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Editora
Ano 2022



Ciência Política: Debates temáticos 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Editora
Ano 2022